resultado, serão computadas as receitas e rendas auferidas no mês, independentemente da sua realização financeira, o mesmo sucedendo em relação aos custos, despesas, perdas e encargos pagos ou incorridos no mês correspondente, bem como as provisões passivas e as ativas e decorrentes de créditos fiscais, quando for o caso.

3 - A expressão padrão referenciado, utilizada neste Plano de Contas, corresponde à unidade de qualquer padrão fixado em lei, utilizado para conversão da moeda nacional, com vistas a atualização monetária, nos casos previstos em lei.

4 - A CONCESSIONÁRIA elaborará o Balanete Mensal Padronizado - BMP, de acordo com o presente Plano de Contas, e o Relatório de Informações Padronizadas Trimestrais - RIP, no modelo estabelecido pelo Órgão Regulador. O BMP será encaminhado à CPSE no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir do primeiro dia subsequente ao mês de competência e a RIP será encaminhada no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir do primeiro dia subsequente ao trimestre de competência. As informações relativas ao último trimestre do exercício serão encaminhadas até 15 de maio do ano seguinte, juntamente com as Demonstrações Contábeis, a Carta de Recomendações dos Auditores Independentes, o Parecer sobre as Mutações do Ativo Imobilizado, os Pareceres dos Conselhos de Administração e Fiscal e a composição acionária.

5 - O exercício social deverá coincidir com o ano civil, e caso a CONCESSIONÁRIA esteja obrigado, por motivo de ordem legal, ou por disposição estatutária, a apurar Balanço em período menor, esta determinação não implicará no encerramento das contas de Resultado, as quais somente serão encerradas em 31 de dezembro de cada ano.

6 - No encerramento do exercício, as contas da Estrutura do Resultado serão encerradas, por transferência para os respectivos Subgrupos e Grupos. O saldo da Estrutura 6, por Atividade, será transferido, conforme seja positivo ou negativo, para a subconta 710.0X.X.1.01 - Lucro do Exercício ou 710.0X.X.1.02 - (-) Prejuízo do Exercício, respectivamente.

O saldo dessa Estrutura 7 deverá ser transferido, se positivo, para a subconta 248.01.1 - Lucros Acumulados; se negativo, para a subconta retificadora 248.01.2 - (-) Prejuízos Acumulados.

7 - Os custos incorridos com atividades internas, como Gráfica, Transporte, Oficinas, Processamento de Dados, Laboratórios, etc. deverão ser acumulados por Sistema de Custeio em Centros de Custos e transferidos para as respectivas Atividades e Subatividades Fins em função de sua utilização ou por mecanismos de rateio. A CONCESSIONÁRIA deverá manter as informações de contabilização desses centros de custos em registros suplementares ou em sistemas auxiliares.

8 - A CONCESSIONÁRIA organizará o arquivo de seus livros e comprovantes contábeis de acordo com a técnica pertinente, de modo a facilitar, a qualquer momento, a sua pronta utilização e a comprovação dos atos de gestão. A ordenação e a indexação dos documentos no arquivo deverão estar em consonância com a seqüência cronológica da escrituração.

9 - A guarda e destruição dos livros e dos documentos comprobatórios da escrituração deverão obedecer as normas e prazos da legislação federal, estadual, municipal e previdenciária pertinentes. Após o decurso de prazo específico, fixado na legislação que trata sobre processos de microfilmagem, que contemple o tipo e característica dos documentos, os microfílm dos livros e documentos probatórios da escrituração, bem como os próprios documentos que não tenham sido microfilmados, poderão ser destruídos.

Quando a destruição de qualquer documento for decorrente de caso fortuito, a CONCESSIONÁRIA fica obrigada a comunicar o fato ao Órgão Regulador, anexando relatório circunstanciado da ocorrência, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da verificação do fato. Deverá, ainda, fazer as demais comunicações estabelecidas nas legislações específicas.

10 - Os cadastros das Ordens de Serviços - OS, Unidades Administrativas - UA, Fornecedores, Usuários, Empresas Coligadas e Controladas, Empregados, Instituições Financeiras e outros deverão ser únicos na CONCESSIONÁRIA e serem controlados em registros suplementares após o 9º dígito do Plano de Contas ou em Sistemas Auxiliares.

11 - A provisão para créditos de liquidação duvidosa, para absorver as perdas que provavelmente ocorrerão no recebimento dos créditos existentes, será constituída após criteriosa análise do contas a receber. A apropriação contábil da provisão e da reversão para créditos de liquidação duvidosa ocorrerá nas subcontas 616.0X.X.3 - Outras Despesas Operacionais, Natureza de Gastos (91 - Provisões e 92 - (-) Reversão de Provisões em contrapartida às contas de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no Ativo.

A transferência a débito das contas retificadoras 112.61 - (-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e 121.61 - (-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa de curto e longo prazos, dos créditos vencidos, será efetuada na medida em que as perdas forem ocorrendo, desde que tenham sido esgotados todos os recursos legais de que a CONCESSIONÁRIA possa valer-se. Essa transferência se aplica, também, para os créditos vencidos, independentemente de não se encontrarem esgotados os recursos legais para cobrança, obedecendo os limites fixados pela legislação fiscal.

No caso específico de créditos relacionados com o fornecimento faturado de gás observado o disposto acima, a baixa contra a provisão somente poderá ser efetuada se houver corte no fornecimento.

12 - O registro contábil do faturamento da CONCESSIONÁRIA deverá incluir o total apurado no período independentemente da data da leitura, isto é, da quantificação do fornecimento do gás, segundo o Calendário de Fatura-

mento Mensal da Concessionária. Incluirá o gás entregue e ainda não faturado no fechamento do período contábil.

13 - O desconto pela antecipação de pagamento, a multa e outras compensações exigidas de fornecedoras, empreiteiros e outros, pelo não atendimento às condições prefixadas de fornecimento de material, serviço, etc. e, por outro lado, os juros de mora, a multa e outros encargos da CONCESSIONÁRIA, serão classificadas, nas contas adequadas de receita e despesa, conforme o caso, no grupo 63 - Resultado Financeiro, não devendo, portanto, integrar o custo do material, do serviço, do imobilizado em formação, e assim por diante.

14 - Os materiais e matérias prima em estoque consignados na conta 112.71 (subcontas apropriadas) serão contabilizados pelo sistema de preço médio.

15 - A devolução de matéria-prima e insumos para produção de gás e de material ao estoque, eventualmente requisitado em excesso, será contabilizada a crédito da conta debitada por ocasião da requisição ao preço médio do estoque na data da devolução. Na inexistência desse será adotado o da última saída.

16 - Os estoques, inclusive no caso das Imobilizações em Curso na subconta 132.0X.X.8.91 - Imobilizado em Curso - Material em Depósito, serão inventariados física e financeiramente, para fins do Balanço Patrimonial, sem prejuízo de outros inventários durante o mesmo exercício.

17 - As Perdas verificadas no estoque de gás natural, conta 112.71.2.1, que serão determinadas pela diferença apurada entre o gás adquirido para revenda e o efetivamente entregue aos Usuários, deduzido do estoque remanescente no Sistema de Distribuição de Gás, devidamente quantificadas, serão apropriadas nas subcontas 615.03.X.1 - Custos Operacionais - subatividades de Distribuição de Gás Canalizado na Natureza de Gastos 39 - Perdas de Gás Natural em contrapartida a crédito da subconta 112.71.2.1.

Para alocação entre as subatividades, se não houver meio específico para determinar sua identificação será adotado a proporção de metros cúbicos de gás vendido e entregue, por subatividade.

18 - Serão amortizados, através de quota de depreciação, as imobilizações tangíveis, enquanto que as intangíveis e as despesas registradas no Ativo Diferido o serão por intermédio de quota de amortização.

As taxas anuais de depreciação dos bens em função do serviço concedido serão estabelecidas pelo Órgão Regulador, e deverão ser adotadas por todas as CONCESSIONÁRIAS. Não será admitido o cálculo da depreciação acelerada, exceto quando se tratar da depreciação acelerada incentivada, cujos procedimentos e controles são aqueles estabelecidos na legislação fiscal, não afetando portanto, o resultado contábil. Serão admitidas taxas diferenciadas daquelas a serem fixadas, para cada tipo de Unidade de Cadastro - UC, em que hajam situações especiais devidamente comprovadas, desde que submetidas e aprovadas pelo Órgão Regulador.

A depreciação acumulada assim constituída será controlada no mesmo nível a ser estabelecido pelo Órgão Regulador para o Ativo Imobilizado em Serviço.

A quota de amortização das imobilizações intangíveis e das despesas diferidas será estabelecida em função do prazo de duração do benefício propiciado pelo direito e despesa diferida, respectivamente. Se, porém, as imobilizações intangíveis gerarem benefício de caráter permanente, não haverá amortização a registrar. Quando o benefício tiver vida útil finita, mas não delimitada, a amortização do direito ou da despesa que lhe deu origem será calculada segundo o prazo estabelecido pela legislação fiscal.

19 - O Imobilizado em Formação constituído com capital próprio poderá ser remunerado à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, ou outra que venha a substituí-la, calculada e contabilizada mensalmente por sua taxa equivalente mensal.

Deverão ser deduzidos do imobilizado em formação, para efeito de cálculo da remuneração mencionada, os valores relativos aos recursos aplicados, oriundos da participação financeira do Estado e dos Usuários e de outras doações e subvenções registradas na Conta 222 - Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado.

O produto desta taxa será debitado às respectivas contas do Ativo Imobilizado em Formação que lhe deram origem, em contrapartida a crédito da subconta 242.01.8.2 - Reservas de Capital - Remuneração sobre o Capital Próprio - Imobilizado em Formação.

20 - As obras em andamento que não forem concluídas nos prazos pré estabelecidos e aprovados pelo Órgão Regulador, ou que estejam paralisadas, terão sua remuneração sobre o capital próprio suspensa a partir da data prevista para sua conclusão. Da mesma forma, a partir desta mesma data os juros, demais encargos financeiros, efeitos inflacionários, eventuais receitas financeiras e variações monetárias não poderão ser imputados às respectivas obras.

21 - A CONCESSIONÁRIA deverá manter controle dos contratos de empréstimo e financiamento, de forma a permitir a identificação dos recursos destinados ao Imobilizado em Curso, devendo no seu controle identificar, segregadamente, a parcela correspondente a obra ainda em andamento e a parcela já em operação.

22 - Nos casos de incorporação, fusão ou cisão de Concessionárias, a contabilização do empreendimento em função do Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado nas contas adequadas no Grupo 13 - Ativo Permanente, notadamente no Subgrupo 132 - Ativo Imobilizado, deverá ser feita, para todos os fins de direito, obedecendo-se rigorosamente aos valores originais e datas de seu registro nos livros da CONCESSIONÁRIA incorporado, fundido ou cindido, inclusive no tocante a depreciação e amortização acumuladas em relação ao empreendimento.

As disposições contidas nesta instrução, aplicam-se, também, à compra e venda entre Concessionárias, de bens e direitos cuja aplicação seja o serviço concedido. No docu-

mento que caracterizar a transação, emitido pelo alienante, deverão estar perfeitamente identificados todos os elementos, contas, subcontas, datas etc., de forma que a Concessionária alienatária possa efetuar os registros contábeis segundo o disposto neste Plano de Contas.

23 - Todas as Unidades de Cadastro - UC/Unidades de Adição e Retirada - UAR, quando retiradas de operação por razões de ordem técnica, operacional e sinistro, não contempladas na Instrução Geral no 24, serão baixadas através do sistema de Ordem de Desativação - OSD, subconta 112.91.1 - Desativações em Curso, apurando-se o valor salvo conforme Instrução Geral nº 25, com reflexo no Resultado Não Operacional, subcontas 671.0X.X.1 - Ganhos na Desativação de Bens e Direitos, ou 675.0X.X.1 - Prejuízo na Desativação de Bens e Direitos, conforme o caso. Para os bens sinistrados com dano total, sem cobertura securitária, ou indenização, e com valor residual, a baixa terá reflexo na subconta 675.0X.X.5 - Outras Despesas Não Operacionais. Existindo cobertura securitária, ou indenização, a perda corresponderá à parcela não coberta pelo seguro, ou pelo responsável.

24 - Para os imóveis e bens e direitos integrantes de um conjunto de instalações desativados, quando destinados à alienação, o valor a ser contabilizado na subconta 131.0X.9.6 - Bens e Direitos Destinados à Alienação, subconta apropriada, deverá ser o mesmo constante da conta do Ativo Imobilizado, obedecendo rigorosamente aos valores originais e datas do registro, não ocorrendo, portanto, a apuração de lucro ou prejuízo na retirada de operação dos citados bens. Assim, somente quando da efetiva alienação, apurar-se-á o ganho ou perda com reflexo no Resultado Não Operacional, subcontas 671.0X.X.2 - Ganhos na Alienação de Bens e Direitos, ou 675.0X.X.2 - Prejuízo na Alienação de Bens e Direitos.

Deverá ser mantido o controle do valor histórico e da depreciação em registro suplementar, ou através de sistemas auxiliares.

25 - Neste Plano de Contas entende-se por valor salvo do valor estabelecido para a Unidade de Cadastro - UC e Unidade de Adição e Retirada - UAR que, contabilizada no Grupo 13 - Ativo Permanente, tenha sido retirada e/ou baixada por razões de ordem técnica, operacional, ou por motivo de sinistro. Este valor deverá ser fixado pelo preço médio do estoque, se existente ou da última saída do estoque. Caso não disponível adotar critério técnico para sua valoração.

26 - O Subgrupo 222 - Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado representa os valores do Estado e do Usuário bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador, e as subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado.

O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para a concessão de Distribuição de Gás Canalizado.

27 - A Receita Operacional Bruta, contas do subgrupo 611, corresponde ao total das receitas da CONCESSIONÁRIA, sendo classificadas como segue:

Atividade 03 - Distribuição de Gás Canalizado
611.03.1.6 - Receita de Uso da Rede por Terceiros, corresponde à locação pela CONCESSIONÁRIA da sua rede de distribuição de gás canalizado para Terceiros Comercializadores de Gás. Os preços serão definidos em contratos a serem celebrados entre as partes.

611.03.X.1 - Receita de Venda de Gás, corresponde à receita auferida pela venda de gás aos usuários finais, nos preços e condições estabelecidos pelo Órgão Regulador e disciplinados nos Contratos de Concessão. Englobam as subatividades Residencial, Comercial, Industrial, Termoeletrica e Cogeração e Gás Natural Veicular.

611.03.X.5 - Outras Receitas e Rendas. Inclui as receitas de serviços taxados relativos à prestação de serviços da atividade Distribuição de Gás Canalizado, tais como, taxas de ligação, religação, aferição de medidores a pedido do Usuário, emissão de 2ª via de fatura, etc.

Atividades Correlatas à Distribuição de Gás Canalizado
611.0X.0.1 - Receitas de Vendas (Transporte/Carregamento/Armazenamento) de Gás, incluindo as Atividades 01 - Produção, 02 - Transporte, 04 - Comercialização, 05 - Importação, 06 - Carregamento e 07 - Armazenamento. Essas contas correspondem à receita operacional auferida com as operações relacionadas diretamente com cada atividade, como venda de gás produzido, transporte de gás, venda de gás a usuário livre, armazenamento de gás, carregamento de gás e venda de gás importado, como importadora.

Será determinada mediante contratos celebrados entre a CONCESSIONÁRIA e os respectivos clientes que podem ser Usuários ou outras Concessionárias ou Agentes que atuam no mercado de compra e venda de Gás.

Quando estas receitas forem provenientes de utilização por outra atividade da própria CONCESSIONÁRIA, como por exemplo a atividade Produção entregando o gás produzido para a atividade Distribuição de Gás Canalizado, subatividades apropriadas, será adotada, para fins de valoração, uma tarifa, em comum acordo com o Órgão Regulador que, no máximo, estará limitada àquela praticada nas suas operações com terceiros. Na ausência de tarifa praticada poderá alternativamente ser utilizado como base o custo final apurado na respectiva atividade.

611.0X.0.5 - Outras Receitas e Rendas, corresponde às outras receitas operacionais ligadas às atividades correlatas não classificáveis nas subcontas anteriores.

08 - Atividades Não Correlatas
611.08.0.1 - Receita de Venda de Serviços, corresponde à prestação de serviços diversos a usuários de gás, tais como manutenção de equipamentos internos do Usuário e de sua rede interna de gás, elaboração e projetos e outros serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA a terceiros.

611.08.0.2 - Receita de Venda de produtos, corresponde à receita de venda de produtos a Usuários de gás e a

terceiros, tais como equipamentos que utilizam o gás como produto energético.

611.08.0.5 - Outras Receitas e Rendas, corresponde a outras receitas relativas à Atividade 08, tais como taxas de entrega do produto.

09 - Atividade de Administração
611.09.0.5 - Outras Receitas e Rendas, corresponde às receitas não classificáveis nas demais subcontas de receitas das atividades mencionadas nos itens precedentes, tais como, aluguéis, cessão de empregados, serviços reembolsáveis não ligados à atividade de Distribuição de Gás Canalizado, e prestação de serviços de natureza eventual que não se caracterizariam como classificável na atividade 08 - Não Correlatas.

611.09.0.8 - (-) Transferência para Outras Atividades, corresponde a uma subconta devedora, com a finalidade de se efetuar a transferência das receitas da administração acumuladas na subconta 611.09.0.5, para as demais atividades.

Poderá ser adotado como critério básico de rateio, a proporção apurada dos valores de Receita Bruta apropriados no mês nas respectivas atividades.

28 - No subgrupo 615 - Custos Operacionais, subcontas apropriadas por Atividade serão contabilizados os custos operacionais diretamente ligados às respectivas atividades, necessários à manutenção da respectiva fonte geradora da receita.

São classificáveis como custos operacionais os gastos com pessoal, material, serviços de terceiros utilizados nos trabalhos de operação e manutenção das atividades, bem como as matérias primas e insumos utilizados no processo de produção e de prestação do serviço e a depreciação dos equipamentos utilizados no referido processo de produção ou de prestação do serviço.

Abrange o custo dos produtos e serviços vendidos. As perdas verificadas no estoque de gás natural, apuradas em função do gás adquirido para revenda e o efetivamente vendido deverão ser apropriadas neste subgrupo nas respectivas subatividades da atividade 03 - Distribuição de Gás Canalizado, subcontas 615.03.X.1 Natureza de Gastos 39 - Perdas de Gás natural

Com relação à subconta 615.03.1.1 - Custos Operacionais do Sistema de Distribuição de Gás, seus custos serão transferidos através da subconta credora 615.03.1.8 para as demais subatividades da atividade 03 - Distribuição de Gás Canalizado e para a atividade 04 - Comercialização.

Deverá ser adotado como critério básico de rateio a proporção apurada no volume em metro cúbico de gás vendido no mês nas respectivas subatividades e atividade mencionada.

Permanecerá na subconta 615.03.1.1, a parcela de custos correspondente a utilização da rede locada para Comercializadores que geraram receita correspondente na subconta 611.03.1.6 - Receita de Uso da Rede por Terceiros.

29 - No subgrupo 616 - Despesas Operacionais, subcontas apropriadas por Atividade, serão contabilizados os demais custos operacionais não financeiros e não incluídos no subgrupo 615.

São classificáveis como Despesas Operacionais as despesas com pessoal, materiais, serviços de terceiros e outras, os quais são apropriadas nas subcontas a seguir:

616.0X.X.1 - Despesas com Vendas, correspondem às despesas comerciais incorridas para propiciar a venda do gás e demais produtos e serviços. Incluem, entre outras:

Pessoal alocado diretamente à função comercial da CONCESSIONÁRIA;

Atendimento a Usuários de Gás e Clientes em geral compreendendo os serviços de contrato, pedidos de ligação, desligamento e religação, informações sobre créditos e débitos de Usuários de Gás e Clientes, anúncios e publicações de assuntos concernentes ao atendimento ao Usuários de Gás e Clientes, etc.;

Leitura de Medidores, Faturamento e Arrecadação, compreendendo os gastos efetuados com a leitura de medidores, emissão e entrega de faturas, controle e cobrança de contas de gás;

Racionalização e Conservação do uso do gás referente aos gastos efetuados com essa função.

616.0X.X.2 - Despesas Administrativas - Correspondem às despesas administrativas que contribuem para a viabilidade das respectivas atividades. Incluem, entre outras:

Despesas de utilização dos serviços públicos, como gás, água, telefone;

Consumo próprio de gás, quando houver;

Aluguéis de prédios e instalações;

Despesas de conservação de prédios e instalações administrativas em geral;

Depreciação e/ou amortização das instalações e de bens e direitos vinculados a atividades administrativas.

616.0X.X.3 - Outras Despesas Operacionais - Correspondem às demais despesas operacionais não classificáveis nas subcontas precedentes e incluem, entre outras:

As provisões e reversões, respectivamente com as Naturezas de Gastos 91 - Provisões e 92 - (-) Reversão de Provisões;

Os gastos com Meio Ambiente incorridos pela CONCESSIONÁRIA em função de necessidade inerente de operacionalização das respectivas atividades;

A taxa de fiscalização recolhida ao Órgão Regulador do serviço público de distribuição e gás canalizado, com a Natureza de Gastos 47 - Taxa de Fiscalização;

As despesas com bens e direitos para uso futuro, nas respectivas Naturezas de Gastos;

As quotas de depreciação e amortização dos bens de renda, com a Natureza de Gastos 51 - Depreciação e/ou Amortização;

616.0X.X.6 - Rateio do Sistema de Distribuição de Gás - Nesta subconta aplicável às subatividades 03.2 - Residencial, 03.3 - Comercial, 03.4 - Industrial, 03.5 - Termoeletrica e Cogeração e 03.6 - Gás Natural Veicular e à atividade 04 - Comercialização, deverão ser apropriadas, por rateio, as

Diário Oficial
Estado de São Paulo
EXECUTIVO SEÇÃO I
Gerente de Redação - Cláudio Amaral
REDAÇÃO
Rua João Antonio de Oliveira, 152
CEP 03111-010 - São Paulo
Telefones 292-3637 e 6099-9800
<http://www.imesp.com.br>
e-mail: imesp@imesp.com.br

ASSINATURAS - (011) 6099-9421 e 6099-9626
PUBLICIDADE LEGAL - (011) 6099-9420 e 6099-9435
VENDA AVULSA - EXEMPLAR DO DIA: R\$ 2,07 - EXEMPLAR ATRASADO: R\$ 4,17

FILIAIS - CAPITAL
• JUNTA COMERCIAL - (011) 825-6101 - Fax (011) 825-6573 - Rua Barra Funda, 836 - Rampa
• REPÚBLICA - (011) 257-5915 - Fax (011) 259-6630 - Estação República do Metrô - Loja 516
• POUPATEMPO/SÉ - (011) 3117-7020 - Fax (011) 3117-7019 - Pça do Carmo, nº

FILIAIS - INTERIOR
• ARAÇATUBA - Fone/Fax (018) 623-0310 - Rua Antonio João, 130
• BAURU - Fone/Fax (014) 227-0954 - Pça. das Cerejeiras, 4-44
• CAMPINAS - Fone (019) 236-5354 - Fax (019) 236-4707 - Rua Irmã Serafina, 97 - Bosque
• MARÍLIA - Fone/Fax (014) 422-3784 - Av. Rio Branco, 803
• PRESIDENTE PRUDENTE - Fone/Fax (018) 221-3128 - Av. Manoel Goulart, 2.109
• RIBEIRÃO PRETO - Fone/Fax (016) 610-2045 - Av. 9 de Julho, 378
• SANTOS - Fone/Fax (013) 234-2071 - Av. Conselheiro Nébias, 368A - 4º andar - salas 411
• SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - Fone/Fax (017) 234-3868 - Rua Machado de Assis, 224 - Santa Cruz
• SOROCABA - Fone/Fax (015) 233-7798 - Rua 7 de Setembro, 287 - 5º andar - Sala 51

IMPrensa Oficial
SERVIÇO PÚBLICO DE QUALIDADE
DIRETOR-PRESIDENTE
Sérgio Kobayashi
DIRETOR VICE-PRESIDENTE
Carlos Conde
DIRETORES
Industrial: Carlos Nicolaewsky
Financeiro e Administrativo: Richard Vainberg
IMPrensa Oficial DO ESTADO S.A. IMESP
C.G.C. 48.066.047/0001-84
Inscr. Estadual - 109.675.410.118
Sede e Administração
Rua da Mooca, 1.921 - CEP 03103-902 - SP
(PABX) 6099-9800 - Fax (011) 692-3503